



Demonstrações Financeiras

**Preparadas de Acordo com as
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil Aplicáveis
às Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco
Central do Brasil**

Banco RCI Brasil S.A.

31 de dezembro de 2020

Índice das Demonstrações Financeiras

	Página
Relatório da Administração	2
Relatório dos Auditores Independentes	4
Demonstrações Financeiras	
Balanços Patrimoniais	5
Demonstrações dos Resultados	7
Demonstrações dos Resultados Abrangentes	8
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	9
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	10
Demonstrações do Valor Adicionado	11
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	12
Relação dos Administradores	34
Declarações:	
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	35
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	36

*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras do Banco RCI Brasil S.A. (Banco RCI Brasil ou Companhia), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Mercado de Atuação

O Banco RCI Brasil, instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, tem por objeto principal a prática de operações de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento, regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o financiamento e/ou arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan.

Eventos Societários

Na Reunião da Diretoria realizada em 30 de dezembro de 2020, foi aprovada a proposta da Diretoria de distribuição e pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$55.000 (R\$110,09 por ação ordinária e R\$121,10 por ação preferencial, brutos em reais por ação; R\$129,52 por ação ordinária e R\$142,47 por ação preferencial, líquidos em reais por ação). O pagamento foi efetuado em 06 de janeiro de 2021.

Em 30 de abril de 2020, na Assembleia Geral Ordinária realizada, foi aprovada a proposta para destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$258.022, sendo: 5% para a conta "Reserva Legal"; a título de juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, o montante de R\$74 milhões, os quais foram saldados em, 6 de janeiro de 2020, distribuição de R\$48.561 a título de dividendos; e destinar o lucro líquido remanescente, no valor de R\$122.560 para a Reserva para Reforço de Capital. O pagamento de dividendos foi efetuado em 26 de maio de 2020.

Na Reunião da Diretoria realizada em 27 de dezembro de 2019, foi aprovada a proposta da Diretoria de distribuição e pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$74.000 (R\$174,26 por ação ordinária e R\$191,68 por ação preferencial, brutos em reais por ação; R\$148,12 por ação ordinária e R\$162,93 por ação preferencial, líquidos em reais por ação). O pagamento foi efetuado em 06 de janeiro de 2020.

Patrimônio Líquido e Resultados

O patrimônio líquido atingiu R\$1.405 milhões em 31 de dezembro de 2020, apresentando evolução de 6,84% em relação a R\$1.315 milhões em 31 de dezembro de 2019. O lucro líquido apresentado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$181 milhões (31/12/2019 - R\$258 milhões).

Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2020, os ativos totais atingiram R\$11.392 milhões (31/12/2019 – R\$12.544 milhões) e estão representados, principalmente, pelas operações de crédito e de arrendamento mercantil no montante líquido de R\$9.345 milhões (31/12/2019 – R\$10.319 milhões).

Em 31 de dezembro de 2020, as captações de recursos do Banco RCI Brasil estão representadas, principalmente, por depósitos interfinanceiros no montante de R\$4.356 milhões (31/12/2019 – R\$5.026 milhões), recursos de aceites cambiais em R\$1.074 milhões (31/12/2019 – R\$1.592 milhões) e letras financeiras em R\$3.328 milhões (31/12/2019 – R\$3.496 milhões).

*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

Conjuntura Econômica

O Banco RCI, avalia que, no quarto trimestre de 2020, o cenário global continuou marcado pelos desdobramentos da pandemia do COVID-19, com os primeiros países afetados enfrentando a chamada “segunda onda” de contaminação na esteira do abrandamento de políticas de distanciamento social. Entretanto, o Banco destaca também a rápida evolução no processo de desenvolvimento de vacinas contra a doença, com alguns países já tendo iniciado um programa de imunização de seus cidadãos e vários formulando a mesma iniciativa para os primeiros meses de 2021. A despeito das incertezas trazidas pela pandemia, os pacotes de estímulos fiscais e monetários implementados pela grande maioria das economias continuaram a fazer com que o Banco testemunhasse a divulgação de indicadores de atividade econômica sinalizando continuidade da tendência de retomada após a forte retração observada no segundo trimestre. O Banco RCI avalia que estes incentivos fiscais e monetários continuaram ajudando a dar suporte aos preços dos ativos financeiros. Por exemplo, o índice norte-americano S&P500 que havia recuado de 3,2 mil pontos para 2,5 mil pontos entre dezembro de 2019 e março de 2020, avançou para aproximadamente 3,1 mil pontos ao final de junho, encerrou o terceiro trimestre próximo a 3,4 mil pontos e avançou para patamares próximos a 3,7 mil pontos no quarto trimestre (alta de 11,7% nos últimos três meses de 2020).

No país, o Banco RCI considera que os infortúnios gerados pela COVID-19 desviaram o foco das discussões sobre reformas estruturais para os debates sobre medidas de combate aos impactos econômicos provocados pela pandemia, principalmente para ações direcionadas às camadas mais pobres da população e aos segmentos empresariais mais expostos aos infortúnios causados pelas políticas de distanciamento social. Na visão do RCI, tais medidas temporárias foram imprescindíveis para amenizar o impacto da crise, porém resultarão em aumento substancial das despesas públicas ao longo de 2020 e, por conseguinte, provocarão alta significativa no nível de endividamento do governo brasileiro. Este quadro, avalia o Banco, só reforça a necessidade de retomada das discussões sobre reformas estruturais após a superação da pandemia para evitar que a trajetória do endividamento público brasileiro se torne insustentável.

Após uma onda inicial generalizada de revisões para baixo nas projeções do PIB em 2020 frente às expectativas do primeiro trimestre, o Banco RCI observou os estímulos concedidos provocarem recuperação forte em alguns segmentos da economia brasileira – notadamente, no comércio varejista. Esta reação mais intensa do que muitos imaginavam fez com que os agentes econômicos passassem a projetar quedas menos intensas para o PIB brasileiro neste ano e esta tendência se manteve nos últimos meses. Enquanto a projeção mediana indicava retração de 6,6% para o PIB brasileiro ao final do segundo trimestre de 2020, a expectativa mediana ao final do terceiro trimestre apontava que a economia brasileira deverá recuar 5,02% neste ano. Entretanto, ao final do quarto trimestre, a expectativa mediana foi de que a economia brasileira registrará recuo de 4,4% em 2020. O Banco RCI julga que, embora menos intensa, a perspectiva de forte contração do PIB brasileiro em 2020, seguida de recuperação gradual nos anos posteriores – a mediana das expectativas para o crescimento do PIB em 2021 e 2022 eram de 3,5% e 2,5%, respectivamente, ao final do quarto trimestre – continuaram justificando a percepção geral de que a variação do IPCA convergirá para as metas estipuladas no horizonte relevante para a política monetária, a despeito de haver encerrado 2020 acima do objetivo estabelecido para o ano na esteira de choques temporários – a variação anual do IPCA em 2020 atingiu 4,5%, enquanto a meta era de 4,0%. A combinação de perspectivas de recuperação econômica gradual e inflação compatível com as metas estabelecidas é o que o Banco RCI entende haver propiciado espaço ao Banco Central do Brasil para haver mantido a taxa básica de juros no patamar mínimo histórico do país (2,00% a.a.) no encerramento de 2020, além de sinalizar a permanência da taxa Selic neste nível durante boa parte do ano de 2021.

Na visão do Banco RCI, o quadro de crescimento lento e endividamento público elevado é algo que tem mantido os investidores internacionais ainda receosos quanto à aquisição de ativos financeiros brasileiros. Entretanto, esta postura não foi obstáculo para que as trajetórias registradas tanto pelo CDS de 5 anos do Brasil quanto da taxa de câmbio apresentassem desempenho favorável no quarto trimestre. No primeiro caso, o instrumento de proteção quanto a problemas de insolvência do governo brasileiro encerrou o período em patamar semelhante ao nível médio registrado no primeiro trimestre (portanto, antes da declaração de pandemia), quando o indicador estava ao redor de 150 pontos – patamar inferior aos 250 pontos registrado no final do terceiro trimestre. No caso da taxa de câmbio, o Banco RCI viu acontecer um processo semelhante com a paridade frente ao dólar recuando de R\$5,60/US\$ ao final de setembro de 2020 para R\$5,20/US\$ no encerramento do quarto trimestre deste ano,

*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

ainda que tenha sido negociada próxima a R\$5,80/US\$ ao longo do período. Em ambos os casos, o Banco RCI avalia que o gatilho para a melhora registrada ao longo do período diz respeito à redução das dívidas quanto à dinâmica fiscal brasileira para os próximos anos, na esteira de declarações oficiais que sinalizaram a disposição em respeitar às regras impostas pelo marco legal do teto de gastos públicos.

Portanto, para que haja melhora adicional no desempenho destes indicadores, o Banco RCI avalia que serão necessárias medidas que sinalizem ainda maior comprometimento do governo brasileiro com a reversão da trajetória ascendente de gastos públicos esperada para os anos à frente. Na visão do Banco RCI, isto só será possível com a retomada de reformas estruturais.

Auditoria Independente

A política de atuação do Banco RCI na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander, do qual o Banco RCI passou a integrar em 26 de dezembro de 2017.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 381/2003, o Banco RCI Brasil informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram prestados pela KPMG Auditores Independentes e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente das Demonstrações Financeiras.

Ademais, o Banco RCI confirma que a KPMG Auditores Independentes representa à sua Administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco RCI. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor.

Outras Informações

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de maio de 2020, foi aprovada a eleição para compor o Conselho de Administração da Companhia, com mandato complementar válido até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2021, do Sr. João Miguel dos Santos Leandro na qualidade de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia.

Agradecimentos

A Administração do Banco RCI Brasil agradece aos clientes e acionistas pela confiança depositada.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2021.

O Conselho de Administração

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas do
Banco RCI Brasil S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco RCI Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco RCI Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

– **Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3.i e 8, para fins de mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, o Banco classifica suas operações (que compreendem as operações de crédito e de arrendamento mercantil), em nove níveis de risco. A determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito leva em consideração a avaliação de diversas premissas e fatores (internos e externos) para determinação do rating, incluindo inadimplência dos clientes e garantia das operações, cenário econômico atual, setor de atividade econômica e demais fatores definidos na Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN 2.682/99, sendo “AA” o risco mínimo e “H” o risco máximo. A classificação das operações de crédito em níveis de risco, bem como os percentuais de perda, envolvem premissas e julgamento baseados em suas metodologias internas de classificação de risco e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito registrada representa a melhor estimativa do Banco. Devido à relevância das operações de crédito e às incertezas, impactadas também pelo atual cenário social e econômico resultante do estado de pandemia do Covid-19, inerentes à determinação da estimativa da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, e também devido à complexidade dos métodos e premissas utilizados e ao julgamento envolvido na sua determinação, consideramos esse assunto como significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, mas não se limitaram a:

- avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos relevantes, manuais e automatizados, implementados pelo Banco relacionados aos processos de apuração e reconhecimento da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, contemplando substancialmente os seguintes processos: aprovação e registro das operações de crédito e de arrendamento mercantil, classificação e atualização dos ratings dos clientes e operações que são base para a apuração da provisão.
- analisamos o cálculo aritmético, incluindo a avaliação sobre o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 relacionados a apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e
- avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais, descritas nas notas explicativas nº 3.i e 8.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito no contexto das demonstrações financeiras individuais tomadas em conjunto, referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020 elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do



Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade da entidade e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais as deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC PR-007945/F-7

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP-252418/O-

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Balanco Patrimonial

	Notas Explicativas	31/12/2020	31/12/2019
Ativo Circulante		6.288.994	7.138.661
Disponibilidades	4	38.033	9.383
Instrumentos Financeiros		5.967.048	6.670.105
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	618.112	397.055
Títulos e Valores Mobiliários	5.a	803.996	800.508
Operações de Crédito	8.b	4.343.798	4.983.142
Outros Ativos Financeiros	6	201.142	489.400
Operações de Arrendamento Mercantil	8.c	188.476	296.440
Outros Ativos	10	71.918	132.748
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.f	(106.080)	(85.435)
Ativos Fiscais	9.a	129.599	115.420
Ativo não Circulante		5.102.589	5.404.904
Instrumentos Financeiros		4.626.224	4.646.111
Instrumentos Financeiros Derivativos		-	37
Operações de Crédito	8.b	4.626.224	4.646.074
Operações de Arrendamento Mercantil	8.c	186.668	392.717
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.f	(163.366)	(96.244)
Outros Ativos	10	211.716	219.897
Ativos Fiscais	9.a	237.533	239.557
Imobilizado de Uso	11	3.560	2.286
Intangível	12	254	580
Total do Ativo		11.391.583	12.543.565

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Notas Explicativas	31/12/2020	31/12/2019
Passivo Circulante		3.715.227	4.450.150
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		3.279.805	4.075.742
Depósitos	13.a	1.552.447	2.244.309
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	13.b	1.561.842	1.746.174
Instrumentos Financeiros Derivativos	5	165.499	80.748
Outros Passivos Financeiros		17	4.511
Outros Passivos	14.a	330.132	336.350
Obrigações Fiscais	14.b	105.290	38.058
Passivo não Circulante		6.270.903	6.778.572
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		5.947.683	6.320.390
Depósitos	13.a	2.948.514	2.812.478
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	13.b	2.840.082	3.341.205
Instrumentos Financeiros Derivativos	5	159.087	166.707
Outros Passivos	14.a	211.211	286.951
Obrigações Fiscais	14.b	112.009	171.231
Patrimônio Líquido	16	1.405.452	1.314.843
Capital Social		985.225	985.225
Reservas de Lucros		459.101	386.757
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(38.874)	(57.139)
Total do Patrimônio Líquido		1.405.452	1.314.843
Total do Passivo		11.391.583	12.543.565

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstrações dos Resultados

	Nota	01/07 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Receitas da Intermediação Financeira		622.142	1.330.739	1.677.418
Operações de Crédito		549.994	1.147.216	1.174.765
Operações de Arrendamento Mercantil		175.132	355.632	520.309
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		20.176	41.676	91.034
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		(124.971)	(222.285)	(134.660)
Resultado das Aplicações Compulsórias		1.811	8.500	25.970
Despesas da Intermediação Financeira		(438.668)	(887.274)	(1.178.600)
Operações de Captação no Mercado		(153.388)	(365.898)	(541.881)
Operações de Arrendamento Mercantil		(171.738)	(326.985)	(456.854)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(113.542)	(194.391)	(179.865)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		183.474	443.465	498.818
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(106.060)	(208.294)	(191.902)
Receitas de Prestação de Serviços		5.747	11.741	11.298
Rendas de Tarifas Bancárias	18	35.414	64.548	99.475
Despesas de Pessoal		(23.009)	(45.764)	(42.119)
Outras Despesas Administrativas	19	(86.059)	(166.942)	(175.078)
Despesas Tributárias		(14.941)	(32.130)	(32.917)
Outras Receitas Operacionais	20	14.077	33.244	60.645
Outras Despesas Operacionais	21	(37.289)	(72.991)	(113.206)
Resultado Operacional		77.414	235.171	306.916
Resultado não Operacional	22	20.605	33.994	33.507
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		98.019	269.165	340.423
Imposto de Renda e Contribuição Social	9.c	(15.692)	(85.080)	(79.214)
Provisão para Imposto de Renda		(33.070)	(72.030)	(65.837)
Provisão para Contribuição Social		(25.418)	(64.765)	(47.492)
Ativo Fiscal Diferido		42.796	51.715	34.115
Participação dos Empregados no Lucro		(1.640)	(3.449)	(3.187)
Lucro Líquido		80.687	180.636	258.022

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	01/07 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Lucro Líquido	80.687	180.636	258.022
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:	48.787	18.264	(26.602)
Ativo Financeiros Disponíveis para Venda	(9)	(14)	10
Ajuste ao Valor de Mercado	(18)	(31)	17
Imposto de Renda	9	14	(7)
Hedges de fluxo de caixa	48.796	18.281	(26.612)
Ajuste ao Valor de Mercado	93.046	38.521	(60.267)
Imposto de Renda	(44.250)	(20.240)	33.655
Resultado Abrangente	129.474	198.900	231.420

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Reservas de Lucros					Total
	Nota	Capital Reserva Social	Legal	Reserva Estatutária	Outros Resultados Abrangentes	
Saldos em 31 de dezembro de 2018		985.225	49.145	185.124	(30.537)	- 1.188.957
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	(26.602)	- (26.602)
Dividendos com base na Reserva Estatutária	16.b	-	-	(31.534)	-	- (31.534)
Lucro Líquido		-	-	-	-	258.022 258.022
Destinações:						
Reserva Legal	16.d	-	12.901	-	-	(12.901) -
Juros Sobre o Capital Próprio	16.b	-	-	(74.000)	-	- (74.000)
Dividendos		-	-	-	-	- -
Reserva para Reforço de Capital de Giro	16.c	-	-	245.121	-	(245.121) -
Saldos em 31 de dezembro de 2019		985.225	62.046	324.711	(57.139)	- 1.314.843
Mutações no Exercício		-	12.901	139.587	(26.602)	- 125.886
Saldos em 31 de dezembro de 2019		985.225	62.046	324.711	(57.139)	- 1.314.843
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	18.264	- 18.264
Dividendos com base na Reserva Estatutária	16.b	-	-	(48.560)	-	- (48.560)
Lucro Líquido		-	-	-	-	180.636 180.636
Destinações:						
Reserva Legal	16.d	-	9.031	-	-	(9.031) -
Juros Sobre o Capital Próprio	16.b	-	-	(55.000)	-	- (55.000)
Dividendos	16.b	-	-	(4.731)	-	- (4.731)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	16.c	-	-	171.605	-	(171.605) -
Saldos em 31 de dezembro de 2020		985.225	71.077	338.025	(38.875)	- 1.405.452
Mutações no Exercício		-	9.031	63.314	18.264	- 90.609

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Reservas de Lucros					Total
	Nota	Capital Reserva Social	Capital Reserva Legal	Reserva Estatutária	Outros Resultados Abrangentes	
Saldos em 01 de Julho de 2020		985.225	67.043	371.101	(87.658)	- 1.335.711
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	48.738	- 48.738
Dividendos com base na Reserva Estatutária	16.b	-	-	-	-	-
Lucro Líquido		-	-	-	-	80.689 80.689
Destinações:						
Reserva Legal	16.d	-	4.034	-	-	(4.034) -
Juros Sobre o Capital Próprio	16.b	-	-	(4.731)	-	- (4.731)
Dividendos		-	-	(55.000)	-	- -
Reserva para Reforço de Capital de Giro	16.c	-	-	76.655	-	(76.655) -
Saldos em 31 de dezembro de 2019		985.225	71.077	388.025	(38.875)	- 1.405.452

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstrações de Fluxo de Caixa

		01/07 a	01/01 a	01/01 a
	Nota	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019
Atividades Operacionais				
Lucro Líquido		80.688	180.636	258.022
Ajustes ao Lucro Líquido		52.331	149.559	148.108
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.f	113.542	194.391	179.865
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(60.634)	(51.715)	(34.115)
Depreciações e Amortizações		587	913	1.060
Provisão de Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	15.c	399	11.190	12.115
Atualização de Depósitos Judiciais	20	(955)	(3.697)	(7.883)
Atualização de Impostos a Compensar	20	(608)	(1.523)	(2.934)
Variações em Ativos e Passivos		621.104	1.009.576	128.636
(Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		86.296	91.945	(117.931)
(Aumento) em Operações de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil		19.420	866.583	(2.264.588)
(Aumento) em Depósitos no Banco Central		12.906	288.258	(66.570)
Redução em Outros Créditos		124.398	98.405	425.758
Redução (Aumento) em Despesas Antecipadas		(307)	10.012	(7.766)
Aumento em Depósitos		(440.864)	(555.826)	2.170.155
(Redução) Aumento em Outras Obrigações		867.033	316.541	102.116
Impostos Pagos		(47.778)	(106.342)	(112.538)
Caixa Líquido Originado em Atividades Operacionais		754.123	1.339.771	534.766
Atividades de Investimento				
Aquisição de Imobilizado de Uso		(198)	(1.856)	(1.145)
Aplicações no Intangível		(6)	(6)	(180)
Alienação de Imobilizado de Uso		-	-	122
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Investimento		(204)	(1.862)	(1.203)
Atividades de Financiamento				
Emissões de Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		813.261	1.210.446	3.154.738
Pagamentos de Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		(1.254.226)	(2.187.188)	(3.224.927)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	16.b	-	(111.460)	(93.808)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Financiamento		(440.965)	(1.088.202)	(163.997)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		312.954	249.707	369.566
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre	4	343.191	406.438	36.872
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre	4	656.145	656.145	406.438

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstrações do Valor Adicionado

	Nota	01/07 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019		
Receitas da Intermediação Financeira		622.141	1.330.738	1.677.418		
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias		41.162	76.290	110.773		
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.f	(113.541)	(194.391)	(179.865)		
Outras Receitas (Despesas)		(2.960)	(5.752)	(19.054)		
Despesas da Intermediação Financeira		(325.127)	(692.883)	(998.735)		
Insumos de Terceiros		(85.122)	(165.076)	(173.074)		
Serviços de Terceiros		(30.603)	(59.359)	(71.061)		
Outros		(54.519)	(105.717)	(102.013)		
Valor Adicionado Bruto		136.553	348.926	417.463		
Retenções:		-				
Depreciações e Amortizações		(431)	(912)	(1.060)		
Valor Adicionado Bruto a Distribuir		136.122	348.014	416.403		
Distribuição do Valor Adicionado		-				
Pessoal		(21.274)	16%	(42.695)	12%	(39.036) 9%
Remuneração		(15.196)		(30.415)		(26.977)
Benefícios		(3.171)		(6.712)		(6.658)
FGTS		(1.721)		(3.017)		(2.494)
Outras		(1.186)		(2.551)		(2.907)
Impostos, Taxas e Contribuições		(33.624)	25%	(123.728)	36%	(118.401) 28%
Federais		(30.427)		(117.528)		(109.232)
Municipais		(3.197)		(6.200)		(9.169)
Remuneração de Capitais de Terceiros - Aluguéis		(539)	0%	(955)	0%	(944)
Remuneração de Capitais Próprios		(80.687)	59%	(180.636)	52%	(258.022)
Total		(136.124)	100%	(348.014)	100%	(416.403) 100%

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

1. Contexto Operacional

O Banco RCI Brasil S.A. (Banco RCI Brasil ou Companhia), instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada na Rua Pasteur, 463 - 2º andar - Conjunto 204 - Batel - Curitiba - PR, tem por objeto principal, a prática de operações de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento, regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações atualmente voltadas, principalmente, para o financiamento e arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan, e conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

Em 2019, o Bacen emitiu a Circular nº 3.959 que, em conjunto com a Resolução nº 4.720/2.019, estabeleceu algumas alterações em relação à publicação das Demonstrações Financeiras das entidades autorizadas a funcionar pelo órgão, a partir de janeiro de 2020. A referida circular estabeleceu a mudança no formato de apresentação das operações de arrendamento mercantil, conforme abaixo:

Apresentação das Operações de Arrendamento Mercantil	Antes da Circular nº 3.959		Estabelecido pela Circular nº 3.959	
	Conceito	Saldo em 31/12/2019	Conceito	Saldo em 31/12/2019 Reclassificado
Operações de Arrendamento	Pelo Valor Presente sem considerar o Valor Residual Garantido (VRG) deduzidas de Rendas a Apropriar e acrescidas de Bens Não de Uso Próprio – Arrendamento	11.194	O Valor Presente provável de realização do bem arrendado no final do contrato, deduzidos os custos de venda, no caso de inexistência de valor residual garantido.	688.273
Imobilizado de Arrendamento	Divulgado no Balanço deduzido da Depreciação	1.627.372	Passaram a não mais compor o Balanço Patrimonial	-
Credores por Antecipação do Valor Residual	Divulgado no Balanço na linha de Outras Obrigações – Diversas	(950.293)	Passaram a não mais compor o Balanço Patrimonial	-
Total		688.273		688.273

A preparação das Demonstrações Financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, tais como provisões para processos judiciais, valor justo de certos instrumentos financeiros e realização de créditos tributários. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 na reunião realizada em 26 de fevereiro de 2021.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco RCI Brasil.

b) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Créditos Remunerados Vinculados ao Bacen

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

f) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

I - Títulos para negociação;

II - Títulos disponíveis para venda; e

III - Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do exercício, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do exercício.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidos no resultado do exercício.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:

I - "Hedge" de risco de mercado; e

II - "Hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no período; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

h) Requisitos Mínimos no Processo de Apreçamento de Instrumentos Financeiros (Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos)

A Resolução CMN nº 4.277 de 31 de outubro de 2013 (que entrou em vigor em 30 de junho de 2015) dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais por instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que trata a Resolução incluem:

a) Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen 3.068, de 8 de novembro de 2001;

b) Instrumentos financeiros derivativos, conforme a Circular Bacen nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002; e

c) Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN nº 3.464, de 26 de junho de 2007.

De acordo com esta Resolução, o Banco RCI Brasil passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e os que não são mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada período, mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

O Banco RCI Brasil classifica as mensurações ao valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, e está de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações e derivativos listados.

Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo. Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Públicos (compromissada, LCI Cancelável e NTN) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1. Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado. No apreamento dos instrumentos financeiro mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de Black-Scholes (opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, caps e floors) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco RCI utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, Instrumentos de baixa liquidez. Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, incluindo derivativos exóticos.

Os instrumentos financeiros do Banco RCI Brasil avaliados e registrados pelo seu valor justo são substancialmente precificados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos e para instrumentos idênticos (nível 1) ou tem sua precificação derivada de inputs observáveis como importante referência (nível 2). Para os instrumentos financeiros não-mensurados pelo seu valor justo, não há diferenças significativas entre este e o valor contábil pelo qual estão registrados.

i) Carteira de Crédito, Arrendamento e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A carteira de créditos inclui operações de crédito e operações de arrendamentos mercantil e é demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados "pro rata" dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Os contratos de arrendamento de bens são registrados pelos correspondentes valores das contraprestações a receber, que indicam os valores das parcelas a vencer dos contratos, em conta de arrendamentos a receber, em contrapartida à conta retificadora de rendas a apropriar. As rendas decorrentes dos contratos de arrendamento são apropriadas pelo valor das contraprestações na data dos vencimentos.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Normalmente, o Banco RCI Brasil efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito e de arrendamento de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito e de arrendamento baixado para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN 3.533/2008 e Resolução CMN 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

As provisões para operações de crédito e de arrendamento são fundamentadas nas análises das operações em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN 2.682/1999.

j) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos de operações de crédito e arrendamento mercantil.

j.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Considerando-se o contido na Resolução 4.294 e Circular Bacen 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediários em decorrência da originação de novas operações de crédito ficaram limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

k) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

k.1) Imobilizado de Uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

k.2) Intangível

Os gastos classificados no ativo intangível são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos quando se referem à aquisição e desenvolvimento de logiciais.

l) Captações, Emissões e Outros Passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (Nota 13).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

m) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

O Banco RCI Brasil é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser totais ou parciais revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para as ações judiciais cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 15.f) e para as ações judiciais cujo risco de perda é remota não é requerida a divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

n) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a COFINS (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e COFINS são registradas em despesas tributárias.

o) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, foi elevada de 15% para 20 % com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 9.a.2, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

p) Juros sobre o Capital Próprio

Publicada em 19 de dezembro de 2018, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, a Resolução 4.706 tem aplicação prospectiva e determina procedimentos para o registro contábil de remuneração do capital. A Resolução delibera que os Juros sobre Capital Próprio devem ser reconhecidos a partir do momento que sejam declarados ou proposto e assim configurem obrigação presente na data do balanço e, em cumprindo esta determinação, esta remuneração de capital deve ser registrada em conta específica no Patrimônio Líquido.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

q) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada período, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido, de despesa de venda e o seu valor em uso.

r) Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das Demonstrações Financeiras são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo período quando comparados com os montantes reais, tais como: ajuste a mercado dos títulos e instrumentos financeiros derivativos, valor residual do ativo imobilizado, provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para contingências e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

s) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Observado esse regramento, a administração do Banco RCI considera que o lucro líquido do Banco no exercício de 2020, no montante de R\$ 180.836 mil, foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Disponibilidade	38.033	9.383	36.872
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	618.112	397.055	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	618.112	397.055	-
Total	656.145	406.438	36.872

As informações relativas a 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

5. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

I) Resumo da Carteira por Categorias

	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado no Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos Disponíveis para Venda	804.027	(31)	803.996	800.508
Títulos Públicos	152.766	(31)	152.735	170.725
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	152.766	(31)	152.735	170.725
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimentos	651.261	-	651.261	629.783
Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC Venda de Veículos) ⁽¹⁾	651.261	-	651.261	629.783
Total de Títulos e Valores Mobiliários	804.027	(31)	803.996	800.508
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos – Ativo	804.027	(31)	803.996	800.508

As cotas de fundos de investimento em direitos creditórios contemplam os efeitos de harmonização com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, referentes à avaliação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

II) Abertura por Vencimento

	31/12/2020				
	Sem vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Títulos Disponíveis para Venda	-	77.461	75.274	651.261	803.996
Títulos Públicos	-	77.461	75.274	-	152.735
LFT	-	77.461	75.274	-	152.735
Títulos Privados	-	-	-	651.261	651.261
FIDC Venda de Veículos (1)	-	-	-	651.261	651.261
Total	-	77.461	75.274	651.261	803.996

(1) Referem-se a Cotas Sênior e Subordinadas.

Para a abertura por vencimento das LFT's e dos FIDC's foi utilizado o critério de vencimento dos títulos e o prazo de encerramento dos FIDC's, respectivamente.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço e as cotas de fundo de investimento são atualizadas com base nas diversas referências dos preços de mercado e suas perdas associadas ao risco de crédito atualizadas pelos critérios da resolução 2.682 do Banco Central.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos – Hedge de Fluxo de Caixa

O principal fator de risco dos instrumentos derivativos assumidos, está relacionado a taxas de juros. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco RCI Brasil nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco RCI Brasil tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de maior volatilidade.

O valor justo para os instrumentos financeiros derivativos é determinado através de modelos e com uso em cotações. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares aquelas descritas para swaps. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

I) Resumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
"Swap" Hedge de Fluxo de Caixa - Diferencial a Receber	-	-
Total	-	-
Passivo		
"Swap" Negociação - Diferencial a Pagar	-	-
"Swap" Hedge de Fluxo de Caixa - Diferencial a Pagar	324.586	247.418
Total	324.586	247.418

II) Estratégias de Hedge – Hedge de Fluxo de Caixa

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen 3.082/2002 e a seguinte estrutura de hedge contábil foi estabelecida:

- O Banco RCI Brasil possui operações de hedge cujos objetos são captações através de Letras Financeiras (LF), Letras de Câmbio (LC) e Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI). As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco RCI Brasil consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos. As operações de hedge foram designadas entre abril de 2018 a agosto de 2020 e os vencimentos são entre outubro de 2020 e setembro de 2023.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica de ajustes de avaliação patrimonial até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração do resultado. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente nas demonstrações do resultado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram reconhecidas despesas com instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$222.285 (31/12/2019 - R\$134.660).

	31/12/2020			31/12/2019		
	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado
"Swap" - Derivativos Utilizados como Instrumentos de "Hedge"						
Ativo	4.556.020	4.787.791	4.828.355	4.246.000	4.506.494	4.518.224
Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	4.556.020	4.787.791	4.828.354	4.246.000	4.506.494	4.518.224
Passivo	(4.556.020)	(4.997.985)	(5.152.940)	(4.246.000)	(4.600.999)	(4.765.642)
Taxa de Juros Pré - Reais	(4.556.020)	(4.997.985)	5.152.940	(4.246.000)	(4.600.999)	(4.765.642)
"Hedge" de Fluxo de Caixa	-	210.194	(324.586)	-	(94.505)	(247.418)

	31/12/2020			Objetos de Hedge
	Instrumentos de Hedge			
	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor Contábil
Estratégias				
Contratos de Swap				
Hedge de Captações		(4.556.020)	(4.997.985)	(5.152.940)
				(5.577.268)

	31/12/2019			Objetos de Hedge
	Instrumentos de Hedge			
	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor Contábil
Estratégias				
Contratos de Swap				
Hedge de Captações		(4.246.000)	(4.600.999)	(4.765.642)
				(4.943.923)

O efeito da marcação a mercado dos contratos de *swap* ativos está contabilizado no patrimônio líquido e corresponde a um débito no valor de R\$74.097 (31/12/2019 - R\$11.730) brutos e R\$38.874 (31/12/2019 - R\$6.452) líquido dos efeitos tributários.

IV) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento – Ativos

				Valor da Curva	
				31/12/2020	31/12/2019
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
"Swap"	-	-	-	-	-
Operações de Hedge	170.000	2.112.270	2.273.750	4.556.020	4.246.000
Total	170.000	2.122.270	2.273.750	4.556.020	4.246.000

V) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, o mercado de negociação das operações com derivativos é o mercado de balcão (operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen).

VI) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, o mercado de negociação das operações com derivativos é o mercado de balcão (operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

6. Relações Interfinanceiras

O montante de R\$201.142 (31/12/2019- R\$489.400) da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados, representados na sua totalidade por depósitos em espécie efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos a prazo, recursos de aceites cambiais e adicional sobre depósitos.

7. Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

As informações foram produzidas com base no conteúdo dos sistemas produtos e da contabilidade, sendo que os cálculos foram realizados de acordo com as metodologias utilizadas pela Administração do Banco. Nesse sentido, os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia do Bacen. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira "banking" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco RCI Brasil.

Para elaboração dos cenários da análise de sensibilidade, foram utilizados como referência: (i) informações da Curva-Pré da taxa de juros básica (DI-Futuro), utilizado os valores diários obtidos no fechamento da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e (ii) Curva Cupom IPCA: utilizado as taxas de swaps da B3 e após 1 ano as Yields de NTN-B conforme divulgado pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) e também são subtraídas dessas Yields o valor do spread de NTN-B versus DAP (Contrato Futuro de Cupom de IPCA).

O Banco RCI Brasil efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente em suas posições.

O quadro resumo apresentado abaixo sintetiza valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco RCI Brasil, referente a carteira "banking", para cada um dos cenários da carteira. Em 31 de dezembro de 2020, não apresentava saldo na carteira de negociação.

Carteira "banking" Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré-Fixadas	(519)	(9.362)	(17.994)
Total ⁽¹⁾		(519)	(9.362)	(17.994)

(1) Valores calculados com base nas informações consolidadas das instituições.

Cenário 1: uma situação considerada provável pela Administração. Com base nas informações de mercado, foram aplicados choques de 10 pontos base para taxa de juros.

Cenário 2: uma situação, com deterioração de 25% na variável de risco considerada.

Cenário 3: uma situação, com deterioração de 50% na variável de risco considerada.

8. Carteira de Crédito, Arrendamento e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Os contratos de arrendamento são pactuados a taxas pré-fixadas e têm cláusula de opção de compra, renovação do arrendamento ou devolução ao final do contrato.

a) Composição Carteira de Crédito e Arrendamento

	31/12/2020	31/12/2019
Operações de Crédito:		
Financiamentos – Floorplan	871.525	1.447.417
Financiamentos - CDC Veículos	8.098.497	8.181.781
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	-	18
Operação de Arrendamento	375.144	689.157
Total	9.345.166	10.318.373

Composição Carteira de Crédito e Arrendamento por Vencimento

Carteira por Vencimento - Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	31/12/2020	31/12/2019
Vencidas	54.193	58.911
A Vencer:		

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Até 3 Meses	1.734.199	2.508.608
De 3 a 12 Meses	2.743.881	3.154.763
De 1 a 5 Anos	4.810.552	4.589.994
Acima de 5 Anos	2.341	6.097
Total	9.345.166	10.318.373

b) Carteira de Créditos

	31/12/2020	31/12/2019
Operações de Crédito:		
Financiamentos – Floorplan	871.525	1.447.417
Financiamentos - CDC Veículos	8.098.497	8.181.781
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	-	18
Total	8.970.022	9.629.216

Carteira por Vencimento - Operações de Crédito	31/12/2020	31/12/2019
Vencidas	48.513	53.964
A Vencer:		
Até 3 Meses	1.679.172	2.212.168
De 3 a 12 Meses	2.616.113	2.767.348
De 1 a 5 Anos	4.623.883	4.589.640
Acima de 5 Anos	2.341	6.096
Total	8.970.022	9.629.216

Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução nº 3.533/2008 do CMN atualizada com normatizações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registradas na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriada ao resultado do exercício.

c) Carteira de Arrendamento

	31/12/2020	31/12/2019
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	455.792	876.072
Arrendamentos a Receber	141.076	267.080
Valores Residuais a Realizar ⁽¹⁾	314.716	608.992
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(134.795)	(255.886)
Valores Residuais a Balancear	(314.716)	(608.992)
Outros Valores e Bens	475	884
Imobilizado de Arrendamento	1.072.059	1.627.372
Credores por Antecipação de Valor Residual	(703.671)	(950.293)
Total da Carteira de Arrendamento a Valor Presente	375.144	689.157

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquida de antecipações.

Carteira de Arrendamento por Vencimento

Carteira de Arrendamento a Valor Presente	31/12/2020	31/12/2019
Vencidas	5.680	4.947
A Vencer:		
Até 3 Meses	55.027	296.440
De 3 a 12 Meses	127.768	387.415
De 1 a 5 Anos	186.669	355
Total	375.144	689.157

d) Carteira de Crédito e Arrendamento por Setor de Atividades

Setor Privado	31/12/2020	31/12/2019
Indústria	42.266	50.486
Comércio	1.045.655	1.648.709
Instituições Financeiras	379	856
Serviços e Outros	291.374	391.307

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Pessoas Físicas	7.964.455	8.225.807
Agricultura	1.037	1.208
Total	9.345.166	10.318.373

e) Carteira e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito sobre Carteira a Valor Presente Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

							31/12/2020	
% Provisão		Carteira de Créditos				Provisão		
Nível de Risco	Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total	
AA	-	364.216	-	364.216	-	-	-	
A	0,5%	7.498.616	-	7.498.616	37.493	-	37.493	
B	1%	762.515	139.802	902.317	9.023	-	9.023	
C	3%	149.158	116.904	266.062	7.982	13.631	21.613	
D	10%	49.007	55.762	104.769	10.477	20.901	31.378	
E	30%	11.874	44.368	56.242	16.873	11.220	28.093	
F	50%	14.653	22.240	36.893	18.447	7.360	25.807	
G	70%	3.238	19.759	22.997	16.097	6.888	22.985	
H	100%	15.021	78.033	93.054	93.054	-	93.054	
Total		8.868.298	476.868	9.345.166	209.446	60.000	269.446	

							31/12/2019	
% Provisão		Carteira de Créditos				Provisão		
Nível de Risco	Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total	
AA	-	655.238	-	655.238	-	-	-	
A	0,5%	8.308.410	-	8.308.410	41.542	20.763	62.305	
B	1%	668.632	202.089	870.721	8.707	-	8.707	
C	3%	122.737	129.412	252.149	7.564	-	7.564	
D	10%	42.527	41.613	84.140	8.414	-	8.414	
E	30%	15.297	23.845	39.142	11.743	-	11.743	
F	50%	25.189	19.120	44.309	22.155	-	22.155	
G	70%	87	11.485	11.572	8.100	-	8.100	
H	100%	267	52.424	52.691	52.691	-	52.691	
Total		9.838.384	479.988	10.318.372	160.916	20.763	181.679	

(1) Composto por operações que incluem parcelas vincendas e vencidas há mais de 14 dias.

(2) A provisão adicional é constituída com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente.

f) Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2019
Saldo Inicial	181.679	147.705
Constituição (Reversão)	194.391	179.865
Baixas	(166.624)	(145.891)
Saldo Final	269.446	181.679
Créditos Recuperados ⁽¹⁾	17.531	16.894

(1) Registrados como receita da intermediação financeira nas rubricas de operações de crédito e de operações de arrendamento mercantil.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 as renegociações atingiram o montante de R\$ 492.978 (2019 - não houve renegociações), dentre as quais R\$ 81.196 foram realizadas no contexto da pandemia de COVID-19, e adotando-se a faculdade prevista pela Resolução CMN nº 4.803/20, alterada pela Resolução CMN nº 4.855/20 e as demais fora do contexto da pandemia, no valor de R\$ 411.782.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

9. Ativos e Passivos Fiscais**a) Créditos Tributários****a.1) Natureza e Origem dos Créditos Tributários**

	Saldos em 31/12/2019	Constituição	Realização	Saldos em 31/12/2020
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	157.446	90.485	(34.707)	213.224
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	7.125	4.251	(7.876)	3.502
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	40.779	7.544	(3.617)	44.727
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	5.912	1.145	(552)	6.505
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - IR/CS	72.751	-	(17.784)	55.168
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria	-	-	-	-
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	1.562	1.552	(833)	2.279
Outras Provisões Temporárias	28.163	2.897	-	31.059
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	313.758	107.874	(65.169)	356.464
Prejuízos Fiscais	41.219	-	(30.550)	10.668
Total dos Créditos Tributários	354.977	107.874	(95.719)	367.132

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o Banco RCI não possui créditos tributários não ativados.

a.2) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Ano	Diferenças Temporárias			Prejuízos	Total
	IRPJ	CSLL PIS/Cofins	Fiscais	31/12/2020	
2021	64.574	51.660	2.697	10.668	129.599
2022	63.308	50.647	2.697	-	116.652
2023	40.862	32.690	-	-	73.552
2024	17.982	14.386	-	-	32.367
2025	4.598	3.187	-	-	7.785
2026 a 2028	-	-	-	-	-
2029 a 2030	3.987	3.189	-	-	7.176
Total	195.311	155.759	5.394	10.668	367.132

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

a.3) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$351.012 (31/12/2019 - R\$325.460), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e a taxa média de captação projetada para os exercícios correspondentes.

b) Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores envolvidos em processos judiciais e administrativos.

	31/12/2020	31/12/2019
Impostos e Contribuições a Pagar	15.156	39.860
Provisão para Tributos Diferidos	150.097	169.429
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	52.046	-
Total	217.299	209.289

b.1) Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Saldos em 31/12/2019	Constituição	Realização	Saldos em 31/12/2020
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa - IR/CS	27	722	-	749
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa - Pis/Cofins	3	-	-	3
Superveniência de Arrendamento Mercantil	169.399	-	(20,05)	149.344
Total	169.429	722	(20,05)	150.097

b.2) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Tributários Diferidos

Ano	Diferenças Temporárias			Total	Saldos em Saldos em 31/12/2020
	IRPJ	CSLL	PIS / Cofins		
2021	40.049	151	37		40.236
2022	33.627	151	37		33.814
2023	39.800	-	-		39.800
2024	32.258	-	-		32.258
2025	3.988	-	-		3.988
Total	149.722	301	74		150.097

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	269.165	340.423
Participações no Lucro	(3.448)	(3.187)
Resultado antes dos Impostos	265.717	337.236
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, Respectivamente (31/12/2020 - 25% de imposto de renda e 20% de contribuição social)⁽¹⁾	(119.571)	(134.894)
Despesas Indedutíveis Liquidadas de Receitas não Tributáveis	25.762	29.667
Demais Ajustes, CSLL 5%	5.977	-
Demais Ajustes	2.752	26.013
Imposto de Renda e Contribuição Social	85.080	(79.214)

10. Outros Ativos

31/12/2020

31/12/2019

Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	180.480	175.960
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	3.781	3.122
Para Interposição de Recursos Cíveis	26.641	24.201
Impostos e Contribuições a Compensar	3.195	16.006
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	27.969	77.708
Outros Valores e Bens	39.018	49.028
Outros	2.550	6.620
Total	283.634	352.645

11. Imobilizado de Uso

	31/12/2020		31/12/2019	
	Custo	Depreciação	Residual	Residual
Outras Imobilizações de Uso				
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	2.655	(1.088)	1.567	1.212
Sistemas de Segurança e Comunicações	146	(115)	31	5
Sistemas de Processamento de Dados	1.028	(730)	298	165
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	2.611	(947)	1.664	847
Imobilizações em Curso	-	-	-	57

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Total	6.440	(2.880)	3.560	2.286
--------------	--------------	----------------	--------------	--------------

12. Intangível

Refere-se a gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais - desenvolvimento de software externo no valor de R\$5.834 (31/12/2019- R\$5.828) como custo de aquisição e R\$5.580 (31/12/2019 - R\$5.248) de amortização acumulada.

13. Captação de Recursos

a) Depósitos

					31/12/2020	31/12/2019
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos Interfinanceiros ⁽¹⁾	-	246.512	1.808.316	2.301.065	4.355.893	5.025.521
Depósitos a Prazo ⁽²⁾	-	125.551	1.359	9.731	136.641	23.812
Outros Depósitos ⁽³⁾	8.427	-	-	-	8.427	7.454
Total	8.427	372.063	1.809.675	2.310.796	4.500.961	5.056.787

(1) Inclui o valor de R\$1.969.612 (31/12/2019 - R\$1.768.438) de Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI objeto de "hedge" fluxo de caixa e possuem data de emissão entre 29 de janeiro de 2018 até 11 de dezembro de 2020, possuem prazo de vencimento entre 2021 e 2024.

(2) Compostos por Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e possuem data de emissão entre 22 de março de 2019 até 30 de dezembro de 2020 e prazo de vencimento entre 2021 e 2023.

(3) Refere-se a pagamentos a maior das parcelas de financiamento de veículos realizados por parte de nossos clientes, disponíveis para resgate.

b) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

					31/12/2020	31/12/2019
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses		Total	Total
Recursos de Aceites Cambiais ⁽¹⁾⁽³⁾	85.880	277.560	710.861		1.074.301	1.591.753
Letras Financeiras ⁽²⁾⁽⁴⁾	201.061	997.341	2.129.221		3.327.623	3.495.626
Total	286.941	1.274.901	2.840.082		4.401.924	5.087.379

(1) São constituídas por títulos cambiais pactuados com taxas pós-fixadas. Possuem data de emissão entre 12 de janeiro de 2018 e 30 de dezembro 2020, possuem prazo de vencimento entre 2021 e 2023.

(2) As principais características das Letras Financeiras são: prazo mínimo de dois anos e valor nominal mínimo de R\$150. Possuem data de emissão entre 18 de abril 2018 a 22 de outubro de 2020, possuem prazo de vencimento entre 2021 e 2024.

(3) Em 31 de dezembro de 2020, incluí o valor de R\$446.805 (31/12/2019 - R\$729.389) de Letras de Câmbio - LC, objeto de "hedge" fluxo de caixa.

(4) Em 31 de dezembro de 2020, incluí o valor de R\$3.160.851 (31/12/2019 - R\$2.446.096) de Letras Financeiras - LF, objeto de "hedge" fluxo de caixa.

14. Outras Obrigações – Diversas

a) Outros Passivos

	31/12/2020	31/12/2019
Sociais e Estatutárias	53.622	64.961
Diversas	487.713	558.340
Provisão para Riscos Fiscais, Obrigações Legais, Ações Trabalhistas e Cíveis	166.943	166.366
Taxas de Equalização e Subsídios de Taxas de Juros	201.972	278.459
Seguro Prestamista Financiamento Aymoré	12.608	13.898
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Créditos	-	432
Provisões com Despesas de Comissões	11.212	21.741
Provisões com Despesas Profit Share	13.084	15.912
Provisões com Campanhas de Publicidade	29.909	29.648
Outras	51.993	32.276
Total	541.343	623.301

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b) Obrigações Fiscais

	31/12/2020	31/12/2019
Fiscais e Previdenciárias	217.299	209.289
Total	217.299	209.289

15. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais**a) Ativos Contingentes**

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 14)	145.626	137.391
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos (Nota 14)	22.238	28.975
Ações Trabalhistas	14.456	13.138
Ações Cíveis	7.782	15.837
Total	167.864	166.366

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 31/12/2020			01/01 a 31/12/2019		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	137.391	13.138	15.837	129.591	11.640	21.254
Constituição Líquida de Reversão e Atualizações Monetárias ⁽¹⁾	9.220	1.622	348	10.617	1.498	7.064
Pagamentos	(985)	(304)	(8.403)	(2.817)	-	(12.481)
Saldo Final	145.626	14.456	7.782	137.391	13.138	15.837
Depósitos em Garantia – Outros Créditos ⁽²⁾	180.654	3.738	26.641	175.960	3.122	24.201

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras despesas operacionais e IR e CSLL.

(2) Referem-se aos valores de depósitos em garantias.

d) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal e Previdenciária

São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias. Os principais processos são:

PIS e Cofins - R\$14.252 (31/12/2019 - R\$14.055): o Banco RCI Brasil ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas e não apenas sobre aquelas decorrentes de prestação de serviços e venda de mercadorias. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e pela Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$114.449 (31/12/2019 - R\$112.548): Mandado de Segurança visando afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória (MP) 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a referida legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

São ações judiciais de caráter predominantemente indenizatório e revisionais de crédito.

As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a arrendamentos mercantis.

As ações revisionais referem-se a operações de arrendamento mercantil, através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

f) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

O Banco RCI Brasil possui passivos contingentes classificados como risco de perda possível no montante aproximado de R\$45.011 para ações cíveis, R\$1.619 para ações trabalhistas e R\$209.846 para ações fiscais. A natureza das ações se assemelha as descritas nos itens "d" e "e" (31/12/2019 - R\$44.132, R\$1.496 e R\$216.824, respectivamente).

PIS/COFINS – Auto de Infração - R\$116.666 (31/12/2019 - R\$170.144): Em março de 2018, a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração, visando a cobrança dos tributos de PIS e COFINS, referente ao período de agosto de 2013 a junho de 2016, sob alegação de supostas irregularidades na apuração da base de cálculo destes tributos, a saber: (i) não oferecimento à tributação de receitas operacionais apuradas na venda de bens do ativo não circulante; (ii) deduções de despesas não comprovadas; (iii) deduções de insuficiências de depreciação não comprovadas; (iv) apropriação de valores negativos de superveniência de depreciação não comprovados; e (v) não oferecimento à tributação de receitas de juros de mora no leasing. Atualmente, o processo administrativo aguarda decisão.

16. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o capital social no valor de R\$985.225 é composto por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, assim demonstrado (em unidade de ações):

	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	80.784	80.556	161.340
De Domiciliados no Exterior	121.728	121.385	243.113
Total	202.512	201.941	404.453

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

A Resolução CMN N° 4820, de 29 de maio de 2020, veda que as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil paguem juros sobre o capital próprio e dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social, inclusive por antecipação, até 31 de dezembro de 2020. A norma também veda a redução do capital social, salvo em situações específicas e o aumento da remuneração de seus diretores, administradores e membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício. Em virtude da Resolução CMN n° 4.885 de 23 de dezembro de 2020, o Banco deliberou o pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos no montante equivalente a 30% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem todos os demais direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além da prioridade na distribuição dos dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia.

	Em Milhares de Reais			31/12/2020			
	Bruto	IRRF	Líquido	Bruto		Reais por Ação	
				Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Líquido Preferenciais
Dividendos ⁽¹⁾⁽²⁾	48.561	-	48.561	80,78	80,56	80,78	80,56
Juros sobre o Capital Próprio ⁽³⁾	55.000	(8.250)	46.750	129,52	142,47	110,09	121,10
Dividendos ⁽⁴⁾	4.731	-	4.731	11,14	12,26	11,14	12,26
Total	108.292	(8.250)	100.042				

(1) Deliberado na Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2020 e pagamento efetuado em 26 de maio de 2020.

(2) Deliberado com base na Reserva para Reforço de Capital de Giro.

(3) Deliberado na reunião de diretoria de 30 de dezembro de 2020

(4) Valor correspondente entre o mínimo exigido e o saldo de JCP deliberado

	Em Milhares de Reais			31/12/2019			
	Bruto	IRRF	Líquido	Bruto		Reais por Ação	
				Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Líquido Preferenciais

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Dividendos ⁽¹⁾⁽³⁾	31.534	-	31.534	74,26	81,69	74,26	81,69
Juros sobre o Capital Próprio ⁽²⁾	74.000	11.100	62.900	174,26	191,68	148,12	162,93
Total	105.534	11.100	94.434				

(1) Deliberado na Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2019 e pagamento efetuado em 21 de maio de 2019.

(2) Deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de 27 de dezembro de 2019 e pagamento efetuado em 6 de janeiro de 2020.

(3) Deliberado com base na Reserva para Reforço de Capital de Giro.

c) Reservas Estatutárias

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício foi destinado para a reserva para reforço de capital de giro, com a finalidade de garantir os meios financeiros para a operação da Companhia, limitada a 100% do capital social, podendo ser utilizada para futuros aumentos de capital.

d) Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal no semestre e exercício, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

17. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) do Banco RCI Brasil realizada em 30 de abril de 2020, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores e para o ano de 2020 foi fixado o valor máximo de R\$4.335 (2019 - R\$6.883). A Companhia é parte integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander e seus Administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco RCI Brasil e no Banco Santander.

a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco RCI Brasil não possui programa de remuneração de longo prazo ao pessoal-chave da Administração ou a outras partes relacionadas.

a.2) Benefícios de Curto Prazo

Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Remuneração Fixa	1.394	1.491
Remuneração Variável	181	310
Outras	951	989
Total	2.526	2.790

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$1.197 (31/12/2019 - R\$1.216).

b) Operações de Crédito

O Banco RCI Brasil poderá efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tange os artigos 6º e 7º da Resolução 4.693/18 CMN, o artigo 34 da Lei 6.404/76 "Lei das Sociedades Anônimas" e a Política para Transações com Partes Relacionadas.

São consideradas partes relacionadas do Banco RCI Brasil, em relação a cada uma delas, individualmente consideradas:

- I. Seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- II. Seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- III. Em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- IV. Pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- V. Pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
- VI. Pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira Santander possua participação societária qualificada;
- VII. Pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

VIII. Pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do conselho de administração em comum com uma Instituição Financeira Santander.

c) Participação Acionária

O Banco RCI Brasil é uma joint-venture cujo capital pertence 60,11% à RCI Banque - empresa do Grupo Renault e 39,89% ao Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander).

d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

Abaixo estão demonstrados as principais transações e saldos com Pessoal Chave da Administração:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2020	31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Disponibilidades	38.033	9.383	-	-
Banco Santander ⁽³⁾	38.033	9.383	-	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	188.013	167.017	6.226	3.375
Banco Santander ⁽³⁾	188.013	167.017	6.226	3.375
Títulos e Valores Mobiliários - Carteira Própria	651.261	629.783	21.639	76.732
FIDC Venda de Veículos ⁽⁹⁾	651.261	629.783	21.477	52.727
FIDC RCI Brasil I ⁽⁹⁾	-	-	162	4.307
FIDC RN Brasil ⁽⁹⁾	-	-	-	19.698
Operações de Crédito	3.509	6.053	32.167	63.365
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	1.502	2.988	16.107	30.610
Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda. ⁽⁴⁾	337	463	3.070	5.052
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	1.670	2.584	12.990	27.703
FIDC RN Brasil ⁽⁹⁾	-	18	-	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas⁽⁶⁾⁽¹⁰⁾	28.408	82.480	186.265	215.694
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	24.378	75.852	149.327	174.215
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	3.952	6.550	35.493	40.583
FIDC Venda de Veículos ⁽⁹⁾	-	-	176	194
Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. ⁽⁸⁾	78	78	1.269	702
Depósitos Interfinanceiros	(3.565.452)	(4.314.399)	(185.646)	(218.661)
Banco Santander ⁽³⁾	(3.565.452)	(4.314.399)	(185.646)	(218.661)
Recursos de Aceites Cambiais	(296.314)	(677.177)	(8.602)	(29.530)
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	-	(350.825)	(538)	(18.697)
Corretora de Seguros RCI Brasil S.A. ⁽⁸⁾	(75.560)	(88.993)	(2.140)	(4.402)
RCI Brasil Serviços e Participações Ltda. ⁽⁴⁾	(174.201)	(148.804)	(4.326)	(4.554)
Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. ⁽⁸⁾	(13.935)	(7.066)	(250)	(50)
FIDC Venda de Veículos ⁽⁹⁾	(32.618)	(81.489)	(1.348)	(1.828)
Dividendos e Bonificações a Pagar	(51.481)	(62.900)	-	-
RCI Banque ⁽³⁾	(30.945)	(37.809)	-	-
Banco Santander ⁽³⁾	(20.536)	(25.091)	-	-
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	(10.388)	(17.438)	(63.152)	(63.086)
Banco Santander ⁽³⁾	-	-	(11.052)	(11.478)
RCI Banque ⁽¹⁾⁽³⁾	(3.136)	(4.227)	(1.985)	(1.822)
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ⁽¹⁾⁽⁵⁾	(2.216)	(1.876)	(15.392)	(12.823)
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(5.036)	(11.335)	(34.723)	(36.964)
Outras Obrigações – Diversas	(32)	(71)	(3.214)	(60.204)
Pessoal Chave da Administração	-	-	(2.526)	(2.790)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Santander Brasil Tecnologia S.A. ⁽⁷⁾	-	-	(227)	(531)
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(17)	(21)	(201)	(276)
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(15)	(10)	(258)	(94)
FIDC RCI Brasil I e FIDC RN Brasil ⁽²⁾⁽⁹⁾	-	(40)	(2)	(56.513)

- (1) As despesas referem-se a despesas administrativas - convênio operacional.
(2) Cessão de crédito para FIDC RCI Brasil I e FIDC RN Brasil.
(3) Controladores da Companhia (Nota 17.c).
(4) Coligadas da controladora RCI Banque.
(5) Subsidiária do controlador Banco Santander.
(6) Valores a receber das montadoras, referente a equalização de taxas de juros.
(7) Subsidiária do controlador Banco Santander.
(8) Controladas da controladora RCI Banque.
(9) Fundos de Investimento dos quais o Banco RCI Brasil possui 100% das cotas subordinadas.
(10) Valores registrados nas rubricas Rendas a Receber e Outros Créditos - Diversos.

18. Rendas de Tarifas Bancárias

	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Tarifas de Cadastro em Operações de Crédito	56.492	90.266
Outras	8.056	9.209
Total	64.548	99.475

19. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Serviços do Sistema Financeiro	18.978	20.618
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	59.376	71.061
Propaganda e Publicidade	38.795	44.052
Convênio Operacional Aymoré Financiamentos	15.392	12.823
Convênio Operacional RCI Banque	1.985	1.822
Serviços de Processamento de Dados	22.392	9.821
Transportes e Viagens	1.238	3.360
Outras	8.786	11.521
Total	166.942	175.078

20. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Reversão de Provisões Operacionais – Cíveis	2	-
Atualização de Depósitos Judiciais	3.783	7.883
Atualização de Impostos a Compensar	1.523	2.934
Comissão de Permanência sobre Contratos em Atraso	1.391	1.929
Recuperação de Encargos e Despesas ⁽¹⁾	24.731	47.821
Reversão de Provisão P/IRPJ E CSLL	1.751	-
Outras	63	78
Total	33.244	60.645

(1) Trata-se basicamente de recuperações de encargos relacionados a carteira de créditos.

21. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Despesas com Comissões Comerciais e de Agenciamento	50.326	77.336
Provisões Operacionais		
Fiscais	6.918	3.697
Cíveis (Nota 15.c)	348	7.064
Trabalhista (Nota 15.c)	1.622	1.498
Gastos com Contratos em Atraso	7.133	10.564
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	1.675	1.929
Atualização Monetária Contingência Fiscal	2.980	6.293
Outras	1.989	4.825

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Total	72.991	113.206
--------------	---------------	----------------

22. Resultado Não Operacional

	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Resultado com Bens não de Uso Próprio	35.372	41.874
Perdas de Capital	1.378	(8.367)
Total	33.994	33.570

23. Outras Informações

a) Em consonância à Resolução do CMN nº 3.198/2004, o Banco RCI Brasil aderiu ao Comitê de Auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander.

b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

c) A apuração do Índice de Basileia aplicado ao Banco RCI Brasil é efetuada em conjunto com o Conglomerado Prudencial do Banco Santander.

Estas Demonstrações Financeiras, no que tange ao Gerenciamento de Riscos de Crédito, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras do Banco Santander cujo resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito foi divulgado e publicado nas demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

d) Efeitos da Pandemia - COVID-19

O Banco RCI Brasil monitora os efeitos desta pandemia que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados. Desde o início da pandemia no Brasil, foram estruturados Comitês de acompanhamento dos efeitos da propagação e de seus impactos, além das ações governamentais para mitigar os efeitos da COVID-19.

O Banco RCI Brasil mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades. Dentre as ações tomadas, destacam-se (a) a dispensa de funcionários do grupo de risco e intensificação do trabalho em home office, (b) a definição de protocolo de acompanhamento, junto aos profissionais da saúde, para os funcionários e familiares que tiverem os sintomas do Covid-19 e (c) ao aumento da comunicação sobre as medidas de prevenção e os meios remotos de atendimento.

O Governo Federal por meio do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil tem adotado medidas para mitigar os impactos causados pela COVID-19, especificamente sobre operações de crédito, captação de recursos, redução de compulsório e aspectos relacionados a capital, tais como (a) medidas de facilitação das renegociações das operações de crédito sem que haja aumento dos provisionamentos, (b) redução dos requerimentos de capital, de forma a ampliar a capacidade de concessão de crédito do Sistema Financeiro e (c) redução das alíquotas do recolhimento compulsório, para melhorar as condições de liquidez.

Até a data desta divulgação, o Banco RCI Brasil identificou aumento nos pedidos de renegociação e de prorrogação de prazos para as renegociações de crédito.

Os impactos futuros relacionados à pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade e que, portanto, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuarão a ser acompanhados pela Administração.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

François Guionnet

Suplente do Presidente do Conselho

Jean-Marc Marie Bernard Saugier

Conselheiros Efetivos

Angel Santodomingo Martell
Andre de Carvalho Novaes
Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee
Francisco Javier Muñoz Bermejo
João Miguel dos Santos Leandro

Conselheiros Suplentes

Gustavo de Sousa Santos
Enrico Rossini
Fabien Jean Michel Tournier
Roberto Alexandre Borges Fischetti
Diogo Rodrigues de Sousa Lima

DIRETORIA

Diretor Presidente

Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee

Diretor Geral

Enrico Rossini

Diretor de Relações Institucionais

Andre de Carvalho Novaes

Diretor Administrativo Financeiro

Fabien Jean Michel Tournier

Diretor de Risco

Murilo Azevedo Bruno

CONTADOR

Gilberto Cabeleira Alves - CRC PR040031/ O-7

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria do Banco RCI Brasil S.A. declaram que discutiram, revisaram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei das Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentação e legislação aplicáveis.

Membros da Diretoria da Companhia:

Diretor Presidente

Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee

Diretor Geral

Enrico Rossini

Diretor Administrativo Financeiro

Fabien Jean Michel Tournier

Diretor de Risco

Murilo Azevedo Bruno

Diretor de Relações Institucionais

Andre de Carvalho Novaes

Curitiba, 26 de fevereiro de 2021.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria do Banco RCI Brasil S.A. declaram que discutiram, revisaram e concordam com as opiniões expressas no Relatório de Auditoria dos Auditores Independentes relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, sobre as Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei das Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentação e legislação aplicáveis.

Membros da Diretoria da Companhia:

Diretores Presidentes

Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee

Diretor Geral

Enrico Rossini

Diretor Administrativo Financeiro

Fabien Jean Michel Tournier

Diretor de Risco

Murilo Azevedo Bruno

Diretor de Relações Institucionais

Andre de Carvalho Novaes

Curitiba, 26 de fevereiro de 2021.